

O SÍTIO E A CRIAÇÃO

Vimos que essa criação forma parte do sítio como sistema, e que ela se relaciona, ao arrendamento, pois a criação é uma forma mais rentável de uso da terra "esmorecida", na medida em que a roça pode ser deslocada para o interior da propriedade, ou fazenda. Porém, não é apenas o gado que compõe a criação camponesa, mas também galinhas e a miunça.

Os dados quantitativos que se seguem nos fornece algumas indicações relativas à criação. De um total de 793.509 cabeças de gado bovino registradas em Sergipe pelo Censo Agropecuário de 1975, 76.273, isto é, quase 10% localizavam-se em estabelecimentos com menos de 10 hectares.

Muito maior, porém, é a presença proporcional de suínos nesses estabelecimentos: de um total de 56.235 suínos no estado, 31.861 (56%) encontravam-se nessa categoria de estabelecimento (1). Embora 56% dos suínos estivessem nos pequenos estabelecimentos, enquanto apenas 10% dos bovinos estivessem nos mesmos, em números absolutos, a quantidade de suínos é inferior, e bastante, ao de bovinos, nesses mesmos estabelecimentos. Portanto, apesar da maior parte dos suínos serem criados por pequenos produtores, isto não significa que estes últimos criem muitos porcos. Pelo contrário, o que se observa é um privilegiamento do gado. A média por estabelecimento nos dava, em 1975, para o conjunto de Estado, apenas 0,40 porcos por estabelecimento com até 10 hectares, contra uma média de 0,96 cabeças de gado. Essa baixa "densidade suína" é consistente com nossos dados de campo, como se verá adiante.

Além de suínos, também caprinos e ovinos são criados em pe

(1) Devemos, porém, nos prevenir do fato de que um estabelecimento pequeno não é necessariamente camponês, no sentido em que definimos o campesinato neste trabalho. Dez hectares é uma área suficientemente grande para o desenvolvimento de uma empresa suinocultura especializada, à base de insumos modernos.

quenos estabelecimentos. Estes últimos equivalem a quase o dobro do rebanho suíno - 107.729 cabeças. O número de caprinos é, porém, reduzido - 15.082 cabeças em todo o estado; provavelmente se trata de um criatório característico do Sertão. Como seria de se esperar, os ovinos são criados majoritariamente em pequenos estabelecimentos, responsáveis por 39% do rebanho. Esses mesmos estabelecimentos contavam, à data do Censo, com 49% do rebanho caprino. É menor, portanto, a presença proporcional destes dois últimos tipos de miunça nos pequenos estabelecimentos do que a de suínos. Se computarmos também o número de cabeças por estabelecimento com até 10 hectares, teremos uma média de 0,53 ovinos e 0,09 caprinos. Vê-se que são também poucos os ovinos e caprinos criados em cada pequeno estabelecimento quando comparados ao gado.

Se tomarmos, todavia, não o total de pequenos estabelecimentos, mas o total dos que possuem criações de médio porte, observamos uma média mais elevada de número de cabeças por estabelecimento (300 de suínos e caprinos e 700 de ovinos), particularmente de ovinos, que é justamente o tipo de miunça mais apreciado por nossos informantes. Mas, é preciso considerar que do total de estabelecimentos com 10 ha. ou menos, apenas 14% (11.085) criam porcos, somente 7% (5.353) criam ovinos e escassos 3% (2.250) criam caprinos. Portanto, são poucos os estabelecimentos pequenos que possuem criações de médio porte, mas nada desprezível o número de cabeças por estabelecimento criador. Contrastemos esses dados com a presença do gado bovino: 13.464 pequenos estabelecimentos (17% do total de estabelecimentos com 10 ha. ou menos) criavam gado, com uma média de 6.00 cabeças por estabelecimento. Portanto, é maior o número de pequenos estabelecimentos criadores de gado bovino que de suíno, ovino ou caprino, e é bem mais elevada a média de cabeças de gado do que de suínos e ovinos.

Vejamos, porém, o que ocorre quando elevamos o limite de área dos estabelecimentos para 50 hectares, incluindo, portanto, os sítios fortes, isto é, os "camponeses ricos". Teríamos então que do total de suínos, 84% são criados em estabelecimentos até esse limite, comparados a 72% dos ovinos e a 74% dos caprinos. Esses dados sugerem que a criação de médio porte tem apenas uma presença residual nas propriedades não camponesas que presumimos são aquelas com mais de 50 ha.

Comparando os estabelecimentos com até 10 ha. (considerados localmente de sitiantes fracos) com os estabelecimentos entre 11 e 50 ha. (ou de sitiantes fortes na concepção local) concluímos que é o pequeno estabelecimento o responsável pela maior parte da criação de médio porte, mesmo que através de mini-rebanhos, e ainda que apenas uma pequena proporção dos pequenos estabelecimentos efetivamente possua tal criação.

O contraste entre fracos e fortes é acentuado com relação ao gado bovino. Como vimos, os primeiros são responsáveis por menos de 10% do rebanho total do estado, mas correspondem a 79% dos estabelecimentos, enquanto os segundos são responsáveis por 23% do rebanho e correspondem a 14 % do total de estabelecimentos. Se o percentual não é muito superior, a média do número de cabeças por estabelecimento é mais de 2 vezes maior.

Conforme será visto adiante, não menos importante para a reprodução do sitiente é a presença de aves, notadamente galináceos. O Censo Agropecuário de 1975 nos indica que 70% de todos os galináceos se encontram nos pequenos estabelecimentos numa média de 32 cabeças por estabelecimento criador. Mas, mesmo assim, são cerca da metade do total desses estabelecimentos criavam galináceos (1).

O estabelecimento do sitiente é essencialmente agrícola, muito embora em muitos deles boa parte das terras seja coberta de pastagens, como já vimos. Mesmo assim, o valor de sua produção animal corresponde a 20% da produção animal do conjunto do estado. Por outro lado o valor da criação de grande porte (bovinos) era superior ao valor da criação de médio e pequeno porte juntos, novamente revelando o privilegiamento do gado. Essa importância também é evidenciada no Relatório da Universidade de Viçosa (1980): "Convém destacar que as vendas de animais (bovinos) representam uma parcela apreciável da renda monetária de origem agropecuária dos agricultores na área ... Para a média geral, em 1976 correspondia a 15%,

(1) Em nossas observações de campo não encontramos praticamente nenhum sítio - mesmo que apenas composto de casa e quintal - que não possuisse algumas galinhas. Para nossos informantes a ausência de galinhas era indicador de uma situação de extrema "precisão".

subindo para 20% em 1977 ... Esse percentual cresce com o aumento do tamanho da exploração, variando desde 15% a 30% dos menores para os maiores proprietários" (U.F. Viçosa 1980:80).

Os dados estatísticos são adequados apenas para contextualizar a produção camponesa, mas não nos permitem apreender um aspecto fundamental: a evolução cíclica da criação, que será o nosso objeto de análise neste capítulo. Nossas observações de campo indicaram que as três categorias de animais - pequeno, médio e grande porte - não devem ser consideradas separadamente, como criações distintas e paralelas, mas como momentos de um "ciclo de acumulação", onde um tipo de criação se "transforma noutro". Todas essas criações se articulam numa lógica única de reprodução do sítio camponês sendo que em última instância é da reprodução do gado que depende a reprodução da produção camponesa.

Não somente se destaca a importância do gado entre os sítios, mas também que sua importância para a formação da renda tende a se elevar nos sítios maiores. De fato, nossas observações indicam que estes últimos - pertencentes a sítios fortes - se pecuarizam crescentemente, ainda que não abandonando a lavoura (1). Esta última, porém, cada vez mais se destina ao gado, isto é, ao consumo do próprio grupo doméstico. Não deixa de ser paradoxal que é nos menores estabelecimentos que maior proporção do produto da agricultura se destina à comercialização - excessão feita dos minifúndios, onde tanto a propriedade como a lavoura são como um refúgio contra a pobreza, e onde o produto agrícola igualmente se destina ao auto-consumo - enquanto nos maiores tal atividade tende a assumir o caráter de uma "lavoura de subsistência".

Sítios com área em torno de 150 tarefas utilizam-se de roceiros tanto quanto o fazem os fazendeiros e o objetivo da presença des

(1) Mas, é preciso sempre considerar o tipo de solo: quando existem malhadas em quantidade adequada, ao invés de um trânsito decidido para o criatório, o que se observa é uma integração entre a criação e a lavoura - o que será menos frequente na área de sertão, onde não apenas são menos abundantes tais malhadas, como também mais frequentes e intensas as secas.

tes roceiros no sítio é igualmente a preparação de pastagens. Na medida em que tais sitiantes contituem o grupo ascendente do processo de diferenciação social, poderíamos mesmo dizer que esta se faz através do gado.

Mas, por outro lado, nem sempre é o sítio de maiores dimensões aquele que apresenta proporção maior de sua área ocupada por pastagens. O inverso é frequentemente o que ocorre: é no sítio pequeno - sempre a depender do tipo de solos - que se encontra uma alta proporção de terras cobertas por pastagens, deslocando-se a lavoura para terras arrendadas. Permanece porém, uma constante: a pecuária é sempre precedida pela lavoura pelo que as pastagens ocupam sempre uma área que já foi de roça. O ciclo é sempre o mesmo: "mato" (ou capoeira) - roça - pasto. Há que considerar, então, não apenas o tamanho do sítio, mas também o estágio de seu desenvolvimento.

Como vimos além do gado, se encontra presente no sítio - e são nele - a miunça. Isto é, criação de animais de pequeno e médio porte que, como no caso do uso da terra também apresenta um ciclo de desenvolvimento.

Se a criação camponesa possui um significado relevante para os atuais sitiantes, sua história não é isenta de conflitos. Pelo contrário, a criação, e particularmente a de suínos frequentemente se via atacada pelos grandes criadores de gado. Principalmente na região onde se localiza Itabí observou-se um processo de ocupação econômica que reflete uma contínua oposição entre camponês e grandes proprietários, entre a "criação miúda" e o gado.

A análise de Teixeira da Silva sobre essa região nos mostra não apenas uma guerra contra índios e negros ali refugiados, mas também uma guerra contra os porcos - vale dizer, contra o campesinato.

Alguns pequenos criadores emergiam a partir de uma situação de vaqueiro, pelo regime de quarta (Teixeira da Silva, 1980:14), assim como em outras partes do Nordeste (Cf. Correia de Andrade, 1973) mas, de um modo geral, os pequenos produtores não possuíam gado. De fato, segundo nossos informantes, a criação de gado por parte de sitiante é algo recente, e pouco frequente ainda ao final do século XIX e início do atual.

Não seria despropositado sugerir que essa criação surge paralelamente à gradativa limitação do acesso à terra, ao esgotamento dos solos e à adoção de um tipo de agricultura intensiva nos terrenos de malhada.

No entanto os pequenos produtores não se limitavam à atividade agrícola. Se não criavam gado, criavam miunça, notadamente porcos. Mas, essa criação contava com a oposição dos pecuaristas. Em meados do século XIX abre-se verdadeira campanha contra a criação de porcos soltos, sob pretexto de que estragavam a água destinada seja ao consumo humano seja ao gado.

"A câmara municipal acaba por mandar matar todos os porcos encontrados soltos, o que faz com que seus proprietários os retirem para a Ilha do Ouro. Em verdade, a causa da ação contra o rebanho suíno residia nos estragos causados nos pastos e na água de beber dos gados, deixando ver um dos pontos de conflito local: os porcos representam um dos esteios da economia dos pequenos produtores que, sem recursos, permitiam que seus animais vagassem em busca de alimentos pelos campos de uso comum... provocando a ira dos criadores que utilizavam as terras como soltas para seus gados" (Teixeira da Silva, 1980 : 19).

A pobreza da produção agrícola, de um lado, e as dificuldades de acesso ao gado bovino, ressaltam ainda mais a importância da "criação miúda", para aqueles camponeses. Se alguns dentre estes possuíam gado, eram casos raros:

"A exploração de documentos cartoriais nos permite ver que proprietários de 3 ou 5 tarefas terão algumas cabeças de gado" (Idem : 61).

Todavia:

"Estes serão casos cada vez mais raros, pois os pecuaristas forçaram ao máximo a especiali

zação. Para isto o controle da política local ... impostos ou mesmo a política tornar-se-ão necessários para moldar as relações de produção" (Idem : 61).

Aos proprietários interessava o camponês produtor de alimentos, e esta era também a função a ele atribuída pelo poder estatal, ao insistir na canalização da produção agrícola para as regiões litorâneas e canavieiras. Por volta de 1915 a região é nitidamente pecuarista e o gado sua maior riqueza. Mas, ao mesmo tempo, subsiste um campesinato e, apesar da política "anti-porcos", o rebanho suíno em 1920 já é ponderável, ao mesmo tempo em que cresce o de caprinos e ovinos, menos exigente com relação à água e menos visado pelos criadores de gado. Ao mesmo tempo começa a ganhar vulto a comercialização de queijos elaborados com leite de cabras, particularmente em Porto da Folha, por volta de 1930 (Cf. Teixeira da Silva, 1980 : 76). Entre meados do século XIX e 1920 duplica a relação rebanho/habitantes para ovinos e caprinos, mas diminui a mesma relação para suínos, estes sempre combatidos pelos criadores de gado.

"A consolidação no poder municipal de um grupo de criadores permitiu, a partir do fim da década de 1870, a aprovação e aplicação de todo um corpo normativo consubstanciado nas posturas municipais, de nítido caráter anti-campones, contrário aos interesses dos pequenos proprietários e posseiros" (Teixeira da Silva, 1980 : 207).

De um lado, assiste-se ao gradativo avanço das "soltas", "também chamadas de fazendas de criatório" (Idem : 208) por sobre as terras camponesas não tituladas; ou declara-se extinta a população indígena, "liberando-se" as suas terras. De outro lado, prossegue a política inibidora de uma criação camponesa. O código de posturas de Porto da Folha, de 1898, é bastante explícito:

"... qualquer animal suíno que for encontrado nas fazendas de criação ou pastos será imediatamente morto" (Idem : 211).

Quanto aos bois, eram de fato protegidos, ainda que destruísem plantações. Mas os bois eram criação dos "fortes" enquanto que os porcos eram percebidos como "animais típicos da pequena produção familiar local" (Idem : 211). Também o código de Gararu, de 1914, impõe limites, e agora não apenas à criação de porcos, como também de cabras de leite, limitadas a duas por criador, e sob condição de estarem "permanentemente presas" (Ibidem : 212).

Durante nosso trabalho de campo, ouvimos frequentes referências a um "requerimento" que, segundo vários depoimentos teria "fracassado o criatório miúdo". Em Itabí, em Gararu e em Gracho Cardoso eram constantes as menções a esse "requerimento", que pôs um fim à criação solta. Descobrimos que o "requerimento" era a Lei nº 76 decretada pelo município de Gararu em 1965 e que vinha a ser mais uma postura anti-criação - camponesa. (No anexo 3 reproduzimos na íntegra, o documento).

Hã, portanto, uma continuada política anti-criação camponesa que não apenas visa os porcos, mas que expressa a oposição entre uma tradição de "criatório solto" e o princípio da propriedade privada e, mais recentemente, entre aquela tradição e a transformação da propriedade em fazenda. No entanto, apesar disso, segundo o Censo Agropecuário de 1975 existiam na região do Sertão do São Francisco um total de 8.595 ovinos, 10.568 suínos e 2.803 caprinos.

Se a sequência secular de leis municipais revela uma continuada oposição entre uma elite de criadores de gado e um campesinato criador de "miunça" - e é de se notar que nunca houve leis que proibissem a criação solta de gado - ela indica também a continuada importância da criação miúda para o campesinato. E a própria repetição de posturas do mesmo teor revela que essa criação prosseguia através do tempo. De fato, foi nas últimas décadas que ela parcialmente desapareceu, coincidentemente com a transformação da propriedade em fazenda. A última dessas leis, que acima transcrevemos, espelha, por isso mesmo, duas transformações: a da criação (no sentido histórico da palavra) em pecuária, e a do arrendatário em roceiro, categorias essas já analisadas.

Segundo informam nossos informantes, tradicionalmente não a

tos de roças nelas realizadas. Confinado aos sítios que já não dispõem de mato ou de capoeira, tem de ser alimentadas a partir da roça. No dizer de um informante, "porco não serve mais para o pobre, o porco tira da boca da pessoa, o porco come a comida que a gente come". Alimentar o porco implica, então, em desviar para ele uma parcela do que seria destinado à alimentação da família ou à comercialização. Implica, portanto, na existência de um excedente que possa ser "investido" no porco. Ademais, a criação de suínos exige uma certa abundância de água e o torna particularmente vulnerável à seca. Não deixa de ser significativo que a maior criação de porcos de Itabí se realize nos limites do perímetro urbano, beneficiando-se da água potável destinada ao abastecimento urbano, e de restos de comida das penas, restaurantes e casas residenciais.

Por outro lado, fechada a possibilidade antes oferecida pelas soltas, a criação de porcos passa a se integrar a outras atividades. Assim vamos encontrá-la onde existem casas de farinha ou manufaturas de queijos, pois a forma mais racional de criar suínos é alimentá-los com seus subprodutos: a raspa da mandioca, num caso e o soro, no outro. Isto é, a criação de suínos tende a se tornar secundária e dependente de outra produção, primária, ou central ao sítio. Ou então, naqueles sítios maiores, em que é possível alimentá-los com um "excedente" da roça, ou alternativamente, quando o arrendamento, como já vimos, constitui uma espécie de extensão do sítio. Desde já se vê que a criação de suínos não é mais uma atividade aberta ao fraco no sentido do camponês pobre. Se vê também que a presença do porco supõe, muitas vezes, a presença da mandioca e/ou do gado. Quando inexistem tais condições, o porco cede lugar aos caprinos e às ovelhas, animais que se alimentam de pastagens. Mas, além da criação de suínos de médio porte encontramos nos sítios também o gado (além dos animais, isto é, cavalos ou muires). Qual a relação entre esses diferentes tipos de criação? E qual a relação entre eles e a reprodução da produção camponesa?

Seria possível afirmar que existe uma espécie de ciclo evolutivo da criação - que se relaciona a um ciclo reprodutivo do campesinato - acompanhando o ciclo de vida do indivíduo e aquele do grupo doméstico. De outro lado, as várias criações, desde as galinhas, passando pela miunça, até o gado, podem ser tratadas como etapas de um processo geral sob

a designação única de criação - termo que, como vimos, se distingue de pecuária, atividade dos grandes ou fortes e que possui uma dinâmica distinta.

Entre os sitiantes menores a criação se inicia tipicamente com galinhas (e para aqueles que possuem apenas, ou pouco mais, que a casa e o quintal, geralmente permanece a esse nível). Por ocasião do batizado de uma criança esta recebe de seu padrinho uma ou mais galinhas "poedeiras". Postas a chocar, a criança é gradativamente estimulada a cuidar da reprodução e do crescimento de sua criação, sob supervisão dos pais, sendo o produto da venda de pintos e frangos revertido em benefício da criança. Os ovos, todavia, destinam-se ao consumo familiar. O produto daquelas vendas não se destina, porém, à subsistência mas à formação de um fundo. Sã em caso de necessidade, face a uma crise que atinja ao grupo doméstico como um todo - a seca, por exemplo - ou a um indivíduo (e através dele, indiretamente ao grupo), como no caso de doenças, essa criação pode ser apropriada pelo pai e vendida, pois as necessidades coletivas sempre tem precedência sobre as individuais, na medida que o indivíduo é "subsumido" pelo grupo. Ao nível das representações, pelo menos, tal apropriação toma contudo um caráter de empréstimo que o pai, figura central da família, tem a obrigação moral de ressarcir, principalmente quando o filho atinge a adolescência, momento de sua transição para um produtor independente e momento crucial de seu aprendizado no que diz respeito ao valor monetário de seu trabalho e do produto do mesmo. Em geral, porém, o dever dos pais é o de zelar para que a criação dos filhos "prosperem". Cabe portanto ao padrinho fornecer o "fundo inicial" e aos pais fazer com que esse "fundo" se amplie.

Essa ampliação tem duas dimensões, uma delas dada pelo crescimento numérico de cada tipo de criação, e a outra pelo salto qualitativo de um tipo para outro. Atingido um certo número de unidades, vende-se sua quase totalidade e com a soma correspondente, "inteirada" seja pelos pais seja pelo produto do trabalho do próprio filho no trecho de roça que, a partir de certa idade, lhe é atribuído, compra-se uma ou mais cabeças de uma criação de um nível mais elevado - ovelhas com relação a galinhas ou gado com relação à miunça. O processo, portanto, se repete em níveis crescentes de valor per-capita mas, a partir do estágio gado a criação tende

penas a "miunça" mas também o gado eram criados soltos, visto que "o proprietário não importava" - o que talvez indique uma alternativa entre pe ríodos de tolerância e de intolerância com relação a essa criação.

A possibilidade de um criatório solto era, para muitos, e notadamente por possuir pouca terra a própria condição de levarem adiante uma criação. Isto é, o acesso às soltas na grande propriedade permitia que o tamanho de rebanho independesse do tamanho do sítio ou mesmo da existência de um sítio. Particularmente, era o que, para muitos, viabilizava a criação de porcos.

O que motiva a proibição de 1965 é a associação entre a lav voura de queimada e coivara e o plantio de pastagens, isto é, a mudança no sentido do arrendamento e em suas relações sociais de produção. Enquanto o arrendamento se apresentava sob a forma de renda-dinheiro não importava muito ao proprietário se a miunça invadisse ou não uma roça. Todavia, quando a pastagem passa a depender da roça, passavam os fazendeiros a se interessar pela roça.

A reação ao chamado "requerimento" é ambígua. Para uns, foi "a derrota da pobreza", enquanto para outros, igualmente camponeses, foi uma medida benéfica. "Foi bom para quem bota roça nas soltas, mas foi ruim para quem vivia do criatório". Com já vimos, não existem apenas roceiros ou apenas sitiantes como categorias a parte, mas sim, com grande frequência sitiantes-roceiros; por outro lado, não existem apenas lavradores e criadores separadamente, mas sitiantes que não ao mesmo tempo uma coisa e outra, e de forma integrada. E existem também aqueles que não possuem terras além do espaço de uma casa e um quintal; contraditoriamente, estes dependem, ou dependiam, das soltas tanto para "botar roça" como arrendatários, ou roceiros, quanto para criar sua miunça. As consequências da proibição da criação solta foram portanto contraditórias e, provavelmente, restringiram as possibilidades do camponês sem terras de se tornar um sitiante, tornando-o mais dependente do fazendeiro.

Outra consequência foi o "encarecimento" da criação de porcos, pelo menos em alguns municípios como Itabí, Gararu e Gracho Cardoso, visto que o animal não mais pode procurar seu alimento nas soltas e nos res

a aplicação de uma "terminologia agrícola" à criação, implica a idéia de um ciclo que deve se renovar, à maneira de um ciclo agrícola.

Diferentemente da criação de pequeno porte, que nunca é vendida inteiramente - sempre se retém algumas galinhas, entre outras razões por causa da produção de ovos - a de médio porte tende a ser integralmente vendida para que seja alcançado o estágio do gado, ainda que, em certos casos, possa ser reiniciada. Novamente, os recursos alcançados com a venda da miunça é em geral insuficiente para cobrir o valor de uma cabeça de gado - a tendência é a de vender a miunça quando se chega ao ponto de seu valor se aproximar do de uma bezerra - e será novamente necessário "inteiras". Se o filho já estiver em idade produtiva, isto será feito por ele mesmo, pelo trabalho na roça, pela venda de farinha de mandioca, ou pelo produto do trabalho "alugado". No caso das filhas, a fonte de renda é muito frequentemente o bordado ou a confecção de rendas ou crochê, principais modalidades de artesanato doméstico, pois não são apenas os filhos, mas igualmente as filhas que possuem criação. A quantia a ser "inteirada" pode ser também resultante da migração temporária, ou sazonal, para "São Paulo". Caso o filho não tenha atingido tal idade, a quantia a ser "inteirada" será novamente fornecida pelos pais, pois o ciclo da criação não tem necessariamente o mesmo tempo do ciclo de vida do indivíduo.

Esta "reprodução ampliada" - utilizando tal expressão de forma um tanto metafórica - isto é, a "transformação" de uma criação de menor porte/valor em outra de porte/valor maior é um processo básico a viabilizar o estabelecimento de um filho como um novo camponês, e de uma nova família, isto é, possibilitar uma reprodução inter-generacional do campesinato. De certa forma, poderia-se dizer que o processo de constituição de uma nova família camponesa se inicia com o batizado do futuro pai de família - com as galinhas que ao longo do tempo "virarão" vacas.

Com isso, o preço a ser pago - e a quantia a ser "inteirada" - dependerá de quem o animal for comprado pois, se a transação for entremada de relações de parentesco ou compadrio, ou mesmo de patronagem - pois fazendeiros podem vender uma ou outra cabeça de gado a preço compensador para um camponês, mormente se este for um roceiro "interessado", um se

guidor político ou de qualquer forma um "cliente" - geralmente as condições são mais favoráveis. Mais frequentemente tais condições são encontradas dentro do círculo de parentesco e compadrio (que tendem a se superpor), o que revela um aspecto do significado do parentesco para a reprodução camponesa.

Uma vez atingida a etapa de gado, sempre que houver condições financeiras para tanto, não se espera que a reprodução do mesmo se faça naturalmente - isto é, aguardar que a bezerra se torne adulta, seja "exertada" (1) e dê crias - mas se busca acelerar a reprodução do gado em quanto valor: compra-se uma bezerra alinda pequena (ou se aproveita uma oscilação de preços favorável) se a engorda por algum tempo, e compra-se outra de mais idade, novamente "inteirando" a diferença em dinheiro. Acelera-se assim o crescimento do "fundo" representado pelo gado e se diminuem os custos de sua reprodução.

Ao atingir a idade adulta, ou mais precisamente, a idade de casamento e, com ele, de constituição de novo grupo doméstico e de nova unidade produtiva, o filho possuirá duas ou três cabeças de gado, ou mais, a depender da disponibilidade de terras da família paterna e de outros recursos. O gado será um dos fatores que viabilizam a constituição de novo grupo doméstico, pois é com o produto de sua venda que será construída a casa e/ou comprada alguma terra. Alternativamente, o produto da venda do gado poderá financiar uma migração definitiva. A aquisição de terra, de mais terra, como dissemos pode resultar da venda do gado do noivo, ou marido recém casado. Mas um padrão que parece comum é o de que o gado do noivo se transforme na casa, símbolo material da nova família da qual ele será o chefe, enquanto a terra é adquirida através do dote (em gado) da noiva (2).

(1) Frequentemente o "enxerto" é feito com um reprodutor "mestiço" cedido por um fazendeiro, seja com base em relações de amizade ou de trabalho (quando o sitiante é ou foi roceiro daquele fazendeiro). Muitas vezes, também, o reprodutor pertence a um "campones rico" já na trilha da pecuária, e aqui predominam as relações de vizinhança e/ou parentesco.

(2) Não significa isso que o dote seja transformado em terra por ocasião do casamento. Isto poderá ocorrer alguns anos mais tarde, após o crescimento desse rebanho de origem feminina. Por outro lado, nem sempre todo o gado do noivo é gasto na casa, e poderá se acrescentar ao da noiva. E finalmente, nem todas as noivas possuem gado-dote. Trata-se, é claro, de um padrão ideal que poderá ou não ser atualizado.

Já se vê, portanto, que o gado representam papel fundamental para a reprodução da família camponesa.

Mas, o rebanho não é totalmente vendido, a não ser em situações de crise. Muito embora para construir a casa ou adquirir alguma terra a família se desfça da maior parte de seu gado, ela procurará sempre reter "uma sementinha de gado", o ponto inicial de novo ciclo, que agora, não mais se fará a partir da miunça. Ou melhor, poderão haver mais de um ponto de partida, a miunça readquirida através de excedentes agrícolas acrescentados novamente a galinhas, e a bezerra que ficou para "semente". Mas, de um modo geral, quando não há muita pastagem disponível, é pouco provável a coexistência de miunça e gado. Galinhas, porém, existirão sempre, seja para o consumo familiar, seja para iniciar mais um ciclo, em função de uma nova geração de futuros camponeses.

O gado, isto é, a criação camponesa não é, então, um fim em si mesmo. Certamente ele poderá conduzir através da ascensão social, à formação de um estrato de camponeses ricos cuja principal atividade será pequena ou média pecuária e aqui o gado-meio se torna gado-fim. Porém, com muito mais frequência, porém, o gado é condição de reprodução. Ele é o meio para a aquisição de terra de trabalho, e de terra de capim, que, como vimos, são supostas básicos para a reprodução deste campesinato. Se há um ciclo evolutivo da criação que finda na terra há também um ciclo evolutivo do uso do solo, desde a lavoura de queimada e coivara, itineramente (mas cada vez menos, dada a crescente limitação das possibilidades de rotação de terras), que finda na pastagem sobre a qual se desenvolverá o ciclo do gado que poderá novamente conduzir a mais terra de trabalho. Mas, como é evidente, não se trata de um processo capaz de se reproduzir indefinidamente, visto que praticamente todas as soltas estão apropriadas pela fazenda. O que se reproduz, é outro ciclo: o da alimentação recíproca entre a roça e a criação dentro do sítio, conforme será analisado mais tarde.

Todavia, o processo de aquisição de terras, ou de expansão do sítio termina quase sempre resultando num processo de fragmentação. Ainda que, com o batizado de uma criança se comece um ciclo de criação que irá ao longo dos anos possibilitar-lhe a aquisição de alguma terra, isto

não impede a tendência à fragmentação do sítio pela herança. O que se observa, então é um constante processo de sístole e diástole, de uma expansão de um sítio para sua posterior fragmentação e reinício do processo. Novamente, podemos falar, então de um ciclo: o sítio, tal como o grupo doméstico possui uma fase de instalação, seguida por outra de crescimento, ou expansão, e finalmente de uma fase de fissão, ou fracionamento. E não se trata apenas de analogia, pois a expansão do sítio e o próprio ciclo da criação dependerão dos recursos de força de trabalho do grupo doméstico, condicionados pela evolução deste último.

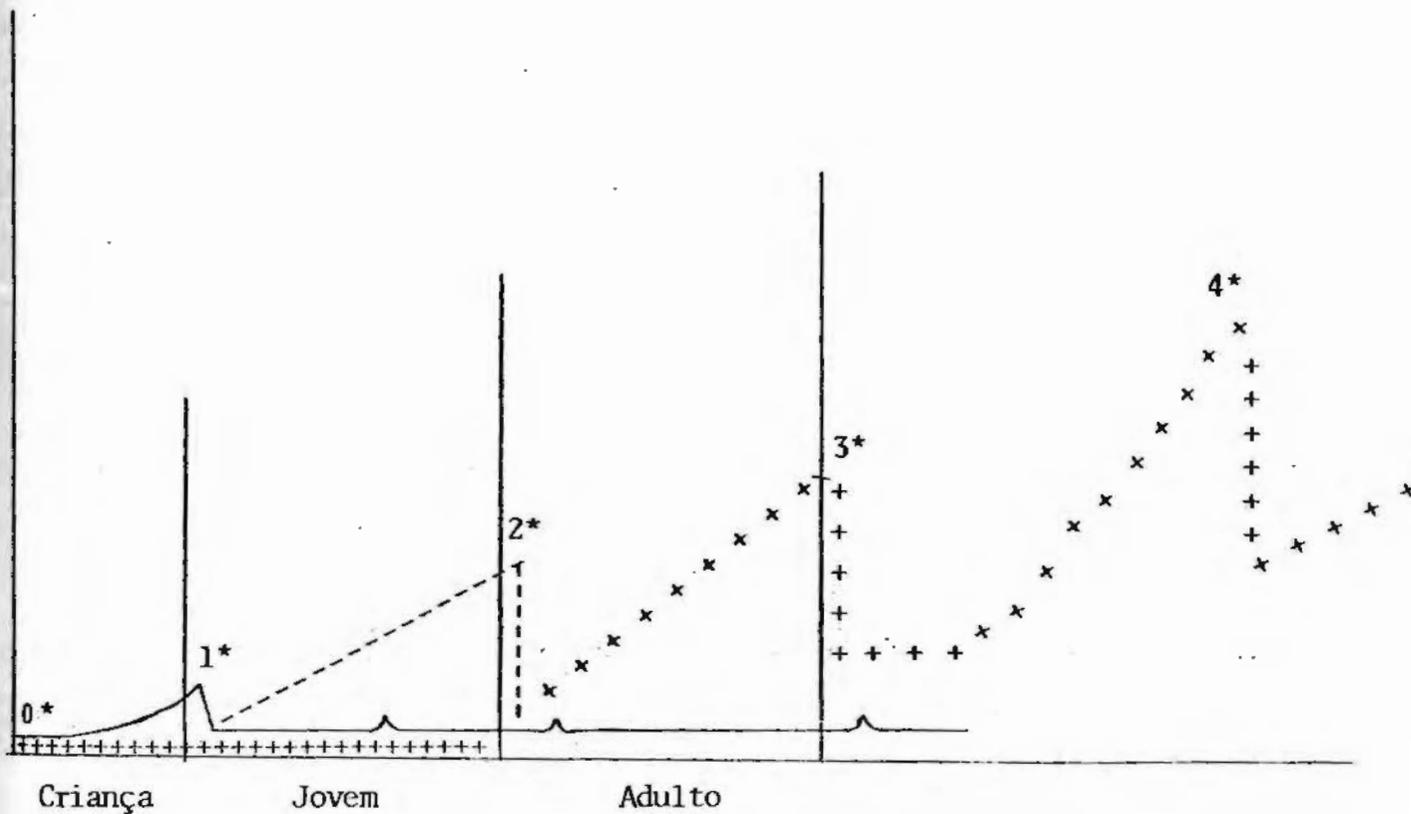
A criação camponesa é então um mecanismo de reprodução do campesinato e o ciclo da criação põe em evidência vários aspectos da vida camponesa: a) os laços de parentesco/compadrio - tipicamente, a criação se inicia com um presente do padrinho (galinhas, entre os mais pobres; ovelhas entre os remediados; bezerras entre os melhores de vida), e as primeiras mudanças de porte são mediadas por relações de parentesco; b) ela se constitui num dos meios de socialização da criança e do adolescente, que não só aprende a tratar dos animais mas também a negociá-los; c) ela viabiliza o matrimônio camponês e a reprodução das condições de uma geração a outra (1).

Não é sempre que a criação se inicia pelos animais de pequeno porte. Como vimos, ela poderá se iniciar por animais de médio porte, ou mesmo pelo próprio gado. Os gráficos seguintes ilustram as duas modalidades extremas, que na realidade constituem uma lógica única a partir de condições materiais distintas. O depoimento que se segue ilustra os casos em que a criação se inicia já na etapa de gado:

I - "Bem, eu não ganhei bem uma vaca; foi o avô que me deu uma polda (potra). Vendi a polda e com o dinheiro que juntei trabalhando comprei uma bezerra.

(1) É interessante observar que, como descrevemos, o gado do noivo irá constituir a casa, isto é, o domínio feminino da mãe de família, enquanto o dote da noiva irá conduzir à roça (ou pasto), isto é, o domínio masculino do pai de família, numa troca entre ambas as partes.

situante com Menor Disponibilidade de Terra - Ciclo da Criação.



— Pequeno Porte

- - Médio Porte

+ - Grande Porte

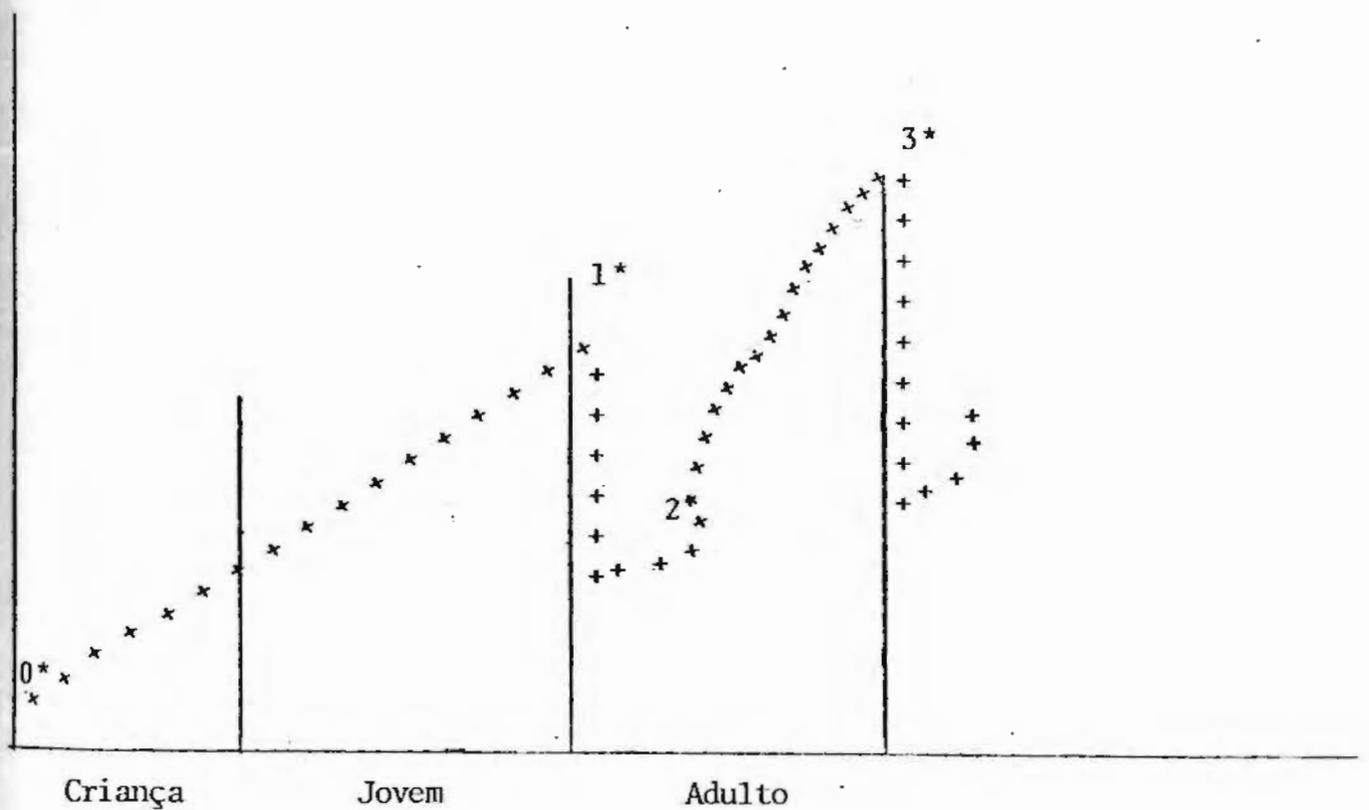
0* - doação dos pais ou padrinhos

1* - venda da maior parte da criação de pequeno porte para a compra de médio porte, cobrindo a diferença

2* - venda de todo médio porte para a compra de grande porte, mais a diferença em dinheiro

3* - 4* - venda da maior parte do gado para a compra de terras ou outra eventualidade.

Sitiantes com Maior Disponibilidade de Terra



+ - gado

0* - doação do pai ou padrinho

1* - venda de parte do gado para compra de terra

2* - "aceleração" do processo de reprodução

3* - venda para compra de terra

P - E no seu caso, como foi? (dirigido ao ir
mão de I).

I' - Pra mim foi o pai que deu.

P - Com que idade?

I' - Parece que eu tinha uns 8 anos.

P - Era uma vaca criada ou uma bezerra?

I' - Era uma bezerra

P - E como foi?

I' - Eu vendi depois a bezerra e botei uma va
ca no lugar dela.

P - Hoje, quantas rezes tem?

I' - Cinco.

P - Em que pasto elas estão?

I' - Do meu pai.

P - E seu pai tem bastante pasto?

I' - Meu pai? Tem, tem na faixa de 80, 90 ta
refas".

Em outro caso, uma menina recebeu uma ovelha de presente do padrinho, vendendo-a posteriormente juntamente com suas crias. Como o dinheiro para inteirar era pouco, pode apenas comprar uma bezerra de um vi
zinho que iria ser sacrificada devido a um defeito em uma das pernas. A rês, na ocasião de nossa visita, já estava quase no ponto de ser vendida para abate. Segundo a moça, com esse montante pretendia comprar uma bezer
ra normal para reproduzir. Sua irmã mais velha já possuía uma bezerra, com
prada da mesma forma, também a partir de ovelhas, cobrindo a diferença de preço com o produto da venda de farinha de mandioca. As bezerras das duas irmãs são mantidas no pasto do pai, recebendo um reforço de alimentação dos restos da casa de farinha, o que acelera a engorda.

Portanto, tanto para os sitiantes menores como para os com mais disponibilidade de terras, a criação é pensada de forma semelhante: é um meio através do qual o indivíduo e o grupo doméstico acumulam algum recurso. O ponto básico que diferencia um do outro é o tempo necessário pa
ra a constituição do "fundo - gado", ou melhor, o tempo decorrido entre o início do ciclo e a sua realização em terras, tempo esse que dependerá, en

tre outros fatores, do ponto inicial - galinhas, miunça ou o próprio gado.

Alguns outros aspectos do ciclo da criação merecem ser destacados.

A criação de pequeno porte (galináceos) apresenta uma alta taxa de reprodução mas um preço de mercado unitário relativamente baixo. Esta criação pode tanto ser vendida como ser ela mesma ou seu produto (ovos) consumidos. Sua alimentação provém da roça e de restos da cozinha. Se o produto da roça, no caso, se configura como "consumo intermediário", essa própria criação, por sua alternatividade, ocupa também uma posição intermediária entre a roça e a cozinha, alimentando-se da primeira e tornando-se alimento na segunda. Seu espaço, físico e ideológico, é o quintal, e liga-se às mulheres e crianças, às quais competem seus cuidados. A criação de pequeno porte, então - seja qual for seu objetivo - se faz pelo aproveitamento da força de trabalho marginal do grupo doméstico, de recursos excedentes da roça e de restos. Portanto, a um custo de oportunidade relativamente baixo.

A criação de médio porte - a miunça - apresenta uma taxa de reprodução mais baixa mas um valor unitário mais alto. Ao mesmo tempo, exige mais espaço. São consumidas em ocasiões rituais, desde que tal consumo não inviabilize sua transformação em gado⁽¹⁾. Ocupa tanto a força de trabalho plena como marginal, tanto mulheres e crianças como homens, e não ocupa um espaço definido, transitando entre o quintal e a roça, o que parece enfatizar, no plano ideológico, sua posição intermediária. De fato, é percebida como uma criação de transição. Em geral, é toda ela vendida quando se realiza o salto para o gado.

A criação de grande porte, o gado, apresenta uma taxa de reprodução ainda mais baixa, mas um elevado valor unitário e preços relativamente mais estáveis. É a reserva de valor por excelência, e nunca é consumido pelo grupo doméstico - ainda que o leite o seja, ou "in natura" ou

(1) Em alguns casos, quando a extensão dos pastos o permite, ovelhas e cabras podem ter presença permanente, sendo destinadas a esse consumo ritual - por ocasião de batizados, casamentos, etc. É o caso de sítios maiores já mais voltados para a pecuária que para a lavoura.

transformado em queijo, subproduto, por assim dizer, de sua própria reprodução. Seu espaço é claramente definido - o pasto - e prende-se ideologicamente ao mundo do homem, mesmo que tenha sido trazido ao grupo doméstico como dote da mulher. Ocupa a força de trabalho plena da família, isto é, é cuidado pelos homens, mesmo que pertença a uma mulher.

Ovelhas e cabras, as primeiras mais valorizadas que as segundas, produzem de uma a duas crias, duas a três vezes por ano. Portanto, uma ovelha poderá, no período de um ano, multiplicar-se em um mínimo de duas e um máximo de seis. Sendo o valor de uma bezerra equivalente, aproximadamente, ao de cinco ou seis ovelhas, em um ano se poderia passar de miunça para gado. Este, como dissemos, tem preços mais estáveis, e é mais fácil vender a preço compensador duas ou três vacas do que dúzias de ovelhas. Por isso, a aquisição de terra é sempre mediada pelo gado. De fato, a reprodução camponesa se faz em larga medida pela via da criação - ao mesmo tempo que se vê ameaçada pela pecuária e que as condições de reprodução da própria criação se viram limitadas pelas imposições desta, como o reflete o "requerimento", que veio coroar uma longa série de restrições legais ao criatório solto.

Porcos, como dissemos, constituem uma miunça problemática, uma criação que "só dá bem se tem da roça; se tem que comprar (seu alimento) dá prejuízo". O caso de um informante de Itabí é ilustrativo: "Seu" Neto e seu pai compraram um porco "de meia", tendo o pai pago Cr\$ 1.200,00 pelo animal e "Seu" Neto contribuído com três sacos de milho, à razão de Cr\$ 1.500,00 por saco. Quando se tornou necessário vender o porco, apuraram apenas Cr\$ 4.000,00, contra um investimento de Cr\$ 5.700,00. E, na realidade, mesmo que tivesse sido alimentado a partir da roça, o preço de um saco de milho confrontado com o preço de compra do animal deixa dúvidas sobre a vantagem desse criatório.

Até cerca de 10 anos atrás, o porco se incluía entre as opções do ciclo da criação, na faixa dos animais de médio porte: Hoje ele parece estar sendo limitado a uma atividade especializada e dependente de condições específicas já mencionadas. Portanto a criação de porcos irá depender da presença do gado - mais do que, como as demais miunças, condu-

zir a ele ou então, da presença de um produto agrícola central, comercial-subistência por excelência. Mas, a presença deste produto, a mandioca, cada vez mais depende, ela própria, do gado, visto que é nas áreas de malhada que ela se concentra, à medida que o chão de roça vai "esmorecendo" e sendo transformado em pastagens. Vê-se, então que, de um lado, a criação de porcos atualmente tende a se basear nos "restos" - da fabricação de queijos, de farinha e da cozinha e de outro, na presença do gado. A criação de porcos obedece a uma lógica distinta e tem um sentido distinto da de ovelhas e cabras: enquanto estas últimas antecedem e conduzem ao gado, frequentemente desaparecendo após a constituição de um rebanho bovino, os primeiros supõe a antecedência deste gado, e permanecem no sítio paralelamente a este, pois não competem com ele. Mas, em todos os casos há uma articulação entre miunça e gado, e todo o processo de criação parece implicar uma lógica de internalização dos supostos da reprodução camponesa como o indica a utilização dos "restos" que significa não apenas a utilização de um recurso gratuito, que permaneceria ocioso, como também uma minimização da dependência externa.

As aves se alimentam de restos da cozinha, detritos humanos, restos da roça e uma pequena parte do milho produzido nesta última. "Transformadas" em ovelhas ou cabras, alimentam-se de restos da roça, restos da casa de farinha e pasto (que, como vimos, é uma transformação do chão de roça). Transformadas em porcos, alimentam-se de restos da cozinha, da casa de farinha e do soro, e de restos da roça. O gado, por sua vez irá se alimentar, além do pasto, dos restos da roça a palhada. Temos então um circuito de insumos interno ao sítio e uma lógica de aproveitamento de detritos que "não custam nada". Pois, chegando-se ao gado, este permanece articulado à lavoura. Não apenas alimenta-se ele da palhada, mas é por meio dele que se chega à terra. Inversamente, é por meio da lavoura que se chega ao gado, pois é o produto da roça que permite "inteirar" - ou mesmo adquirir sem outra mediação uma cabeça de gado. Mais do que um fim em si mesmo, o gado é um elo de ligação. E ainda, além de conduzir à terra, é o gado que fornece o insumo básico (além do trabalho) para a lavoura de malhada, o unto. Portanto, longe de haver uma competição entre atividades agrícolas e a criação há entre ambas uma relação de insumos-produtos recíproca. Além disso, no caso dos sítios onde ainda há capoeira, isto é, si

tios maiores, o gado "ajuda a criar lenha" pois se alimenta das ramas mais baixas, favorecendo o crescimento do mato - e já vimos a importância da lenha para a reprodução das unidades camponesas produtoras de farinha.

A passagem da antiga criação nas soltas para a atual criação no interior dos sítios alterou mas não eliminou a articulação entre lavoura e gado. Já nos referimos antes ao "ley system" característico de uma agricultura de queimada e coivara e correlato a uma baixa densidade de mogrãfica - ou, inversamente, a uma oferta de terras relativamente elástica - e a uma pecuária extensiva. Este sistema se configurava na região pela utilização agropastoril das soltas. No interior da fazenda, tal sistema se transforma no consorciamento entre o "capim" e o "legume". No interior do sítio, ele se transforma na articulação que passamos agora a analisar.

Segundo o sistema antigo, o gado seguia a roça. No local de uma roça já colhida, eram confinadas as "vacas de leite" com suas crias, aproveitando-se a forragem e a própria cerca que, se antes da colheita protegia a roça, depois passava a separar, esses animais do resto do rebanho, disperso pelas soltas. Hoje dentro do sítio permanece a mesma prática, com a diferença de que, sendo permanente o uso do solo, o gado é a fonte de fertilização. Reciprocamente, os produtos cultivados são aqueles que produzem a palhada⁽¹⁾.

A dominância das culturas de palhada reflete a hegemonia histórica da pecuária, pois os proprietários condicionavam o uso agrícola de suas soltas ao plantio dos legumes de palhada. No início do século XX, na região do Sertão do São Francisco, o algodão, consorciado com o milho e o feijão, se torna o produto comercial agrícola básico. Tal se deve em parte, naturalmente, à existência de um mercado favorável (ademais, controlado pelos mesmos pecuaristas, que monopolizavam o equipamento beneficiador),

(1) Não é este o caso da mandioca. Mas, por um lado, esta produz raspas e, por outro, é consorciada ao milho e ao feijão, "legumes de palhada" tradicionais.

e a relativa adaptabilidade do produto a um ambiente semi-árido, mas também ao valor dessa cultura (e seus associados de subsistência) como forragem.

"A pecuária associada com a cultura do algodão produzia, enfim, uma camada, 'infima' é verdade, de homens ricos que passam a construir uma paisagem onde só há lugar para o boi e as ramas brancas do algodão. As culturas de alimentos, mormente as que não produzem palhada, deverão ceder lugar ao algodão, cujos campos, na época certa do ano, serão abertos ao gado" (Teixeira da Silva, 1980: 61 - grifos nossos).

Assim, já nas primeiras décadas de nosso século:

"...paralelamente à especialização ao nível estadual dá-se uma especialização intra-regional pela qual um binômio agricultura de alimentos-pecuária, sendo esta última hegemônica, determina os cultivos de alimentos (ou matérias-primas, como no caso do algodão), como sendo os que forneçam palhada. Explicar-se-ia assim o estabelecimento do complexo milho-feijão ou milho-algodão junto as regiões de gado. Os demais alimentos seriam expulsos para noroeste" (Idem: 89 - grifos nossos).

Instaurando-se na região o regime de arrendamento, seja em sua modalidade mais antiga (renda-dinheiro) ou mais recente (renda-trabalho), sua condição, como vimos, continua a ser o plantio de produtos que resultem em forragem. Apropriava-se o proprietário, ou hoje o fazendeiro, não só de uma renda fundiária mas de uma forragem gratuita. Esta é também uma das razões do declínio da cultura da mandioca. Da mesma maneira tornando-se o camponês também um criador ele próprio ajusta a lavoura à criação e também privilegia as culturas de palhada. Não se trata, portanto, apenas de uma imposição dos grandes proprietários, mas igualmente de um componente da lógica da reprodução camponesa. De certa maneira, o ajustamento dos tipos de cultivo à criação de gado é uma forma de compensar a perda do acesso às soltas. Mas revela sempre a predominância do gado na região e, mais do que o fazendeiro, é o sitiante que precisa tornar o binômio lavoura-gado

num sistema integrado.

Temos então que as várias criações de pequeno porte (galinhas), de médio porte (ovelhas, cabras e, em menor escala, porcos) e de grande porte (notadamente o gado), compõem frequentemente um ciclo que se fecha, e eventualmente se renova, com a aquisição de terra. As diferentes criações não representam, então, distintas lógicas, mas um processo único. A coexistência da miunça com o gado só ocorre quando a disponibilidade de pastagens o permite, e o sitiante poderá contar então com uma espécie de moeda fracionária. Segundo um deles, "a ovelha é mais prático, se precisa de dinheiro vende uma só, dá mais. Se for a vaca, tem de vender ela toda". Por outro lado, se esse ciclo conduz à terra, ele também pressupõe a preexistência de alguma terra. Se galinhas supõem apenas o quintal, o mesmo não ocorre com a miunça nem com o gado, que supõem uma área de pastagens, e quem não possui tal área não poderá realizar esse ciclo. É outra razão a explicar a transformação em pastagens de sítios pequenos, com o deslocamento da lavoura para terras arrendadas.

Vale notar, então, alguns pontos de interesse para a lógica da reprodução camponesa: a) criação e lavoura não são necessariamente atividades que se opõem, mas sim atividades que se complementam. Opor-se a essa criação, como o tem feito os agentes de extensão rural na região, é opor-se a uma lógica de reprodução das condições da própria produção agrícola; b) a ascensão social de alguns camponeses, se dá pela via do gado, surgindo uma espécie de "classe média" rural, cujo desenvolvimento tem sido o objetivo da política de extensão rural.

Na região por nós estudada foi colocado em ação um programa de extensão rural visando os chamados "agricultores de baixa renda". Mas, contraditoriamente, tal programa de extensão combatia a criação de gado por parte dos sitiantes, pois desejava-se elevar a produção agrícola que era percebida pelo extensionista como ameaçada pela criação. Na medida, porém, que combatiam a criação de gado, limitavam também a lavoura camponesa, assim, como a própria ascensão social que conduz à tão almejada "classe média rural".

Ademais, a expansão da área do sítio, que a pequena camada

de ascendentes vem realizando, não conduz necessariamente a uma expansão da lavoura. Isto poderá ocorrer temporariamente, na medida em que o próprio sitiante forte, tal como o proprietário, se utilizava roceiros - e frequentemente, ele próprio foi um roceiro num momento anterior de sua vida. A médio prazo, porém, a lavoura nos sítios maiores tende a se reduzir, visto que o sitiante forte planta apenas para o gasto, e não para colocar produtos agrícolas no mercado.

Para o sitiante, o gado é então o estágio final de um processo de acumulação que irá desembocar em "terra de trabalho, ou que irá viabilizar sua utilização, no caso da malhada. A presença do gado não se resolve numa vocação pecuarista - a não ser no caso acima apontado - mas numa vocação agrícola. O gado é como que uma poupança maior resultante de anos de poupança menores, representada pela criação miúda, e, de certa forma, não se "descola" ideologicamente desta. O gado no interior do sítio, mesmo que tratado de forma igual à utilizada por fazendeiros (pastos cultivados e mesmo tipo de capim, vacinas, etc.) permanece criação e nunca pecuária, pois ela é mais um meio que um fim em si mesma. Ademais, o sitiante cria vacas, e não bois. Poder-se-ia pensar que bois lhe seriam úteis como animais de tração. Mas são poucos aqueles que se utilizam do arado e quando utilizado, é puxado por animais, que passam a ser igualmente úteis para movimentar carroças, e até mesmo para montaria. O boi, ademais, "como pasto mas não dá leite" que compõe a dieta da família e é eventualmente vendido. Finalmente, a reprodução do rebanho prescinde da presença de touros porque estes são geralmente cedidos, seja por proprietários com os quais se mantêm relações de patronagem, seja por sitiantes fortes, com os quais se mantêm relações de parentesco e de patronagem.

As vacas da criação camponesa não são encaradas como uma massa anônima de gado mas são, pelo contrário, nominadas, pertencentes a membros específicos da família e cuidadas individualmente. Elas, que irão constituir o dote das filhas, são "criadas" juntamente com estas, e é fácil perceber o extremo cuidado com que cada vaca ou bezerra é tratada. O gado, ademais, é frequentemente trazido ao casamento pelas mulheres, como "produto ampliado" de criações anteriores fortemente associadas a mulheres e crianças.

Trata-se, então, de uma situação radicalmente distinta da pecuária, ou mesmo da criação na antiga propriedade, visto que há uma clara associação ideológica entre gado e homem. Na região em estudo, o situante vive no "mundo do gado", mas numa posição que poderíamos dizer, "de cabeça para baixo" porque no mundo da pecuária, ele é agricultor. Se o forte quer terra para ter mais gado, o fraco quer gado para ter terra - terra de trabalho. No mundo do gado, é a pecuária que imprime a tônica da vida social e impulsiona a dinâmica histórica regional. Em boa medida, é a pecuária que determina as possibilidades dinâmicas da própria lavoura, pela via do arrendamento. E essa pecuária dominante se associa ao sexo dominante. Mas, entre os pequenos lavradores, o gado é, pelo menos em parte, trazido pelas mulheres; e ele mantém uma identidade de lavradores que se opõe contrastivamente à de pecuarista. De "cabeça para baixo" no mundo do gado, permanecem "ao contrário", no polo da criação, congelando no presente uma categoria, como já vimos, do passado, mas de forma invertida pois, se no passado a criação de gado era do forte, opondo-se à criação de miunça pelo fraco, no presente o que define o forte é a pecuária permanecendo o fraco com a criação. Se a pecuária se opõe à terra de trabalho, pois conduz à terra de gado, a criação é condição de acesso à primeira.

A presença do gado em terras camponesas não é uma peculiaridade de Sergipe. Pelo contrário, é bem mais comum, como o indica o estudo realizado por Costa Marcier em Bacabal, no Maranhão (1977). A situação descrita por Costa Marcier é, em inúmeros aspectos, muito similar à situação por nós estudada em Sergipe, com a diferença de que não se reporta no Maranhão, a obtenção de terra de trabalho através do gado.

Já havíamos concluído a redação desta dissertação quando tivemos acesso a outro relatório da U.F. de Viçosa, onde se lê:

"O que mais chama a atenção ... mesmo junto aos produtores de baixa renda (inclusive vãos arrendatários e proprietários com área inferior a 5 ha) é que todos praticamente estão introduzindo o capim Pangola. À primeira vista, o fenômeno pode parecer descabido; em realidade, a curto e médio prazos, ele tem explicações ... observou-se que o maior acréscimo de renda deve-se à existência de

alguma(s) rês(es) nas unidades de produção. Se a palma forrageira pode ser considerada o seguro da pecuária, pode-se afirmar que a cabeça de gado é o cheque-ouro do pequeno e médio produtor. O ganho é garantido, num curto espaço de tempo, sem muito risco de desvalorização. Caso ocorra uma severa frustração da safra, sempre se pode vender uma rês, mesmo se, em anos de seca, a transação comercial se apresenta menos compensatória. Por outro lado, vários pequenos produtores entrevistados confirmaram que o fato de terem criado umas poucas cabeças de gado permitiu-lhes a compra de novas áreas de terra". (Cf. U.F. de Viçosa, 1981:11).

CONCLUSÃO

Procuramos neste trabalho analisar algumas das características próprias da produção camponesa num contexto específico, o da pecuarização. Vimos que, historicamente, em particular a partir do século XVIII, esse campesinato existe em estreita vinculação contraditória com a produção pecuarista.

Inicialmente, a criação nas "fazendas de criargados" ameaçava a reprodução do campesinato na medida em que avançava sobre as terras de uso comum e sobre as próprias posses camponesas. Mais tarde, a fazenda permite uma reprodução subordinada, na medida em que a produção camponesa passou a depender de terras de trabalho no interior da propriedade. Este arranjo foi favorável à fazenda na medida em que das lavou ras realizadas nas soltas "enclausuradas" pela propriedade procediam as pastagens como produto residual do trabalho camponês. A contração do sítio camponês e o acesso à terra da fazenda em troca da pastagem são os dois elementos que marcam o processo histórico posterior.

Durante a segunda parte do presente século, a constante pressão sobre o campesinato, eliminando o acesso à terras de uso comum e restringindo o acesso a novas terras para a formação de novos sítios leva ao fracionamento destes e à crescente necessidade de buscar terra de trabalho no interior da propriedade. De início, a fazenda permite acesso pela renda-dinheiro e na atualidade pela renda-trabalho, materializada na pastagem plantada. A relação entre o camponês e a propriedade passa então por um processo de certa forma "regressivo": do pagamento de renda-monetária para a extração de renda-trabalho, expressando distintos momentos de constituição da empresa pecuarista na região. Mas, de qualquer forma, em nenhum momento de sua evolução deixou a empresa pecuária de prescindir do trabalho camponês, direta ou indiretamente.

Como consequência da instalação da pecuária na região, o campesinato não se reproduz apenas nos limites de sua parcela, isto é, nos limites do sítio, mas também no interior da propriedade que se opõe ao sítio. E, como vimos, não é só a produção camponesa que se expande no interior dessa propriedade, mas o próprio sítio depende, para seu funcionamento, do acesso a essas soltas. Portanto, mais que uma oposição entre camponês parcelar e arrendatário - entre sitiante e roceiro - o que se observa é uma articulação entre estas duas condições.

Em Sergipe, a expansão da pecuária não significou exclusivamente a expansão territorial da grande propriedade e a expropriação das terras camponesas. Certamente significou isto, porém significou também a expansão da produção camponesa dentro da grande propriedade que, como se fosse uma fronteira, vai transformando soltas em pastagens. A empresa pecuária ainda permite esta produção ou, dito de outra maneira, ainda conta com terras a serem convertidas em pastagens, porque sua ocupação inicial foi baseada no uso extensivo do solo. A criação de gado característica do século passado e boa parte do presente século, concentra a propriedade sem explorar intensivamente o solo. A expansão da pecuária dos tempos atuais, pode ser considerada como uma segunda ocupação que vai a ocorrer dentro da grande propriedade, transformando-a através da lavoura camponesa.

Se a expansão da pecuária significa uma ameaça à parcela e à terra de trabalho camponesas, contraditoriamente, também significa uma possibilidade imediata de expansão da produção camponesa. Por isto é necessário distinguir entre expansão da produção camponesa e reprodução da parcela camponesa. A expansão ocorre pela possibilidade de "externalizar" parte ou toda a produção transferindo-a do sítio para a roça. Esta externalização torna possível o funcionamento do sítio, ou mesmo a reconstituição de uma parcela camponesa tornada insuficiente, na medida em que o "lucro" obtido da produção em terras arrendadas poderá ser convertido em criação e esta última

em terras.

Portanto, o significado do arrendamento, assim como da criação, deve ser repensado à partir da lógica do sitiantes-roceiro: em determinadas condições é o próprio arrendamento que possibilita a reprodução do campesinato parcelar. E, quando mediatizado pela aquisição de gado, pode conduzir à aquisição de mais terras e a um "enriquecimento", dentro de um contexto de diferenciação onde alguns sitiantes compram as terras de outros que, ou se proletarizam, ou readquirem terras no sertão. Mas também não é raro que estes últimos, para adquirirem tais terras no sertão, antes transformaram as suas parcelas em pasto, a fim de valorizá-las, também deslocando a lavoura para a roça arrendada.

Então, o arrendamento, em sua forma atual, nos oferece uma situação concreta e específica de recriação de relações de produção não capitalistas como condição de expansão do capital pecuarista, e como condição da modernização representada pela passagem da criação nas soltas, para a pecuária no pasto, dentro de uma problemática mais geral analisada por Souza Martins (1979), Sá (1976) e outros. Mas, por outro lado, o mesmo arrendamento oferece condições de consolidação de um campesinato parcelar, por mais que implique uma exploração do trabalho camponês. Diretamente, recriam-se no interior da fazenda relações pré-capitalistas centradas na renda-trabalho e indiretamente, criam-se condições de viabilização do sítio.

O sítio pode ser visto como um sistema de partes funcionalmente interligadas, que objetiva a maximização de todos os recursos disponíveis, inclusive os resíduos de produções anteriores como a palha, a raspa e o estrume. No sítio se observa um processo constante de reciclagem cuja máxima expressão é a terra de malhada, construída a partir da criação de gado. A passagem do cultivo de coivara para o de malhada tem, a nosso ver, importantes implicações para a reprodução deste campesinato.

O sítio atravessou um processo evolutivo em que de uma relativa abundância de mato e capoeira grossa que possibilitava uma lavoura de pousio de longa duração (roça) pas-

sou-se para uma lavoura intensiva - a malhada - ou para a criação, com a transformação do chão de roça em pasto; ou ainda, para uma combinação de ambos, na medida em que a malhada deve supor a criação de gado. A criação, por sua vez se faz através de um ciclo evolutivo - da galinha à miunça e ao gado. Hoje, o mato só continua abundante na grande propriedade - na medida em que as soltas não foram substituídas pelo capim. Por isso encontramos na região dois sistemas agrícolas em coexistência e em articulação recíproca, agricultura intensiva no sítio e de queimada e coivara na roça. Mas, com a presença do arrendamento antigo para o sistema atual do plantio de capim (isto é, da renda-dinheiro para a renda-trabalho) desapareceu o pousio. A lavoura de queimada e coivara não pode mais, portanto, se reproduzir.

Boserup (1965) propõe que é a elevação da densidade demográfica o que força a passagem de agricultores menos intensiva ("long fallow") para mais intensivas, porque em presença de florestas virgens ou bem recuperadas a lavoura de trabalho intensivo não teria sentido uma vez que a conservação da fertilidade do solo se obtém consumindo recursos naturais mais do que trabalho. A autora mostra também como a agricultura intensiva exige uma alternativa à natureza para garantir a fertilidade da terra. É justamente este o caso do sistema de malhada associada à criação, que substitui a fertilização natural do solo por um processo mais intensivo em trabalho que também dispensa a utilização de insumos industriais minimizando os gastos monetários.

O que se pode observar é pois que sistemas extensivos, realizados pela via do arrendamento, e sistemas intensivos não apenas se sucederam no tempo, mas se combinam na atualidade numa estratégia reprodutiva única que articula a criação e a malhada no sítio com a lavoura extensiva na roça.

A explicação de Boserup é de utilidade na medida em que associa a pressão sobre a terra com a mudança para sistemas de uso mais intensivos do solo. Porém, discordamos de sua proposta de que é a densidade demográfica o que conduz à

pressão sobre a terra. Mesmo que assim fosse, é preciso considerar também o papel das relações sociais de produção. Na região estudada se verifica uma alta densidade demográfica apenas nas terras camponesas enquanto as grandes propriedades contam com uma população muito pequena nas suas extensões de soltas em longo tempo de pousio ou nunca cultivadas. A pressão sobre a terra é, portanto, condicionada pela concentração fundiária e não somente pela densidade demográfica.

A roça no interior da propriedade resulta, em última análise, da concentração fundiária que, criando uma alta densidade demográfica no interior do sítio, permite que o proprietário se aproprie da força de trabalho dos roceiros. A partir desta situação (e só a partir dela) a roça dentro da propriedade expressa uma opção racional do camponês. Isto porque o cultivo dentro das soltas permite que as terras menos férteis sejam retiradas da produção agrícola e dedicadas à criação de gado. Portanto, observa-se um cálculo racional da produtividade diferencial do trabalho em solos distintos, de forma coincidente com a mencionada tese de Boserup ainda, como dissemos, uma combinação de rendas diferentes, melhor dizendo, de rendas absolutas distintas. Se antes, o arrendatário pagava uma renda-dinheiro, agora ele paga uma renda-trabalho e, convertendo seu sítio em pasto, pode alugá-lo e se apropria ele de uma renda-dinheiro. Isto é, ele dispense aquilo que lhe é abundante - o trabalho - e ganha o que lhe é escasso - o dinheiro.

Mas, não é só pela articulação entre sítio e roça que se faz a reprodução camponesa. O grupo doméstico camponês também articula o trabalho agrícola com a criação, com o trabalho assalariado e com o "negócio", aproveitando-se do fato de que o tempo de produção na agricultura difere do tempo de trabalho. O que permite canalizar para outras atividades, uma força de trabalho que, de outra forma, permaneceria ociosa, particularmente, no que se refere à força de trabalho "plena", na conceituação de Tepicht (1973), mais acionada no sítio ou na roça nos períodos de "pico agrícola", e relativa-

mente "vacante" nos meses intermediários; ao contrário, a força de trabalho "marginal" ou "não transferível" é utilizada a um nível mais baixo mas de forma mais continuada nas atividades agrícolas⁽¹⁾.

Estamos, pois, face a um campesinato que se distingue do tipo clássico "chayanoviano": agricultor e assalariado, parcelar e rendeiro, assalariado e assalariador - pois frequentemente o sitiante utiliza "alugados". É verdade que aos nossos sítiantes se aplica o princípio de que, se num grupo doméstico há uma alta proporção de consumidores relativamente a produtores, intensifica-se o trabalho desses últimos. Mas, por outro lado, contrata-se "alugados" quando existem recursos para tanto. Não se aplica, todavia, o princípio inverso, de que quanto maior a capacidade de trabalho relativa ao grupo doméstico tanto menos trabalham os seus membros individuais. Para Chayanov, nas famílias camponesas as taxas de intensidade do trabalho são consideravelmente menores do que se o trabalho fosse plenamente utilizado. No campesinato por ele estudado, os grupos domésticos possuíam consideráveis estoques de tempo ocioso (Cf. Chayanov, 1966: 75-76).

Todavia, Chayanov supunha um modelo de circulação simples e uma economia de "objetivos limitados". Ora, como demonstrou Garcia Jr. (1975), a circulação simples de mercados não impede o que este autor chamou de "acumulação", o campesinato por nós estudado inclui sítiantes fracos e fortes. Tanto ocorre a reprodução como a "acumulação" e a diferenciação do campesinato. A própria reprodução do campesinato, de uma geração a outra, numa situação de escassês de terras, exige a compra de terras, o que supõe uma "acumulação" prévia.

O que ocorre com frequência é, não uma subtili

(1) Observe-se, de passagem, que o "negócio" não é necessariamente uma atividade paralela de sítiantes fortes, como se poderia pensar, mas muito frequentemente de sítiantes fracos, quando o sítio é suficiente apenas para cobrir o gasto. Nesses casos, é o sítio que viabiliza o negócio.

zação de força de trabalho em função de "objetivos limitados", mas um excesso de força de trabalho face aos recursos de terra do sítio - e este "excedente" é canalizado para o trabalho assalariado sazonal, para o negócio ou para a roça arrendada. Isto é, um esforço no sentido de utilizar ao máximo os recursos disponíveis da forma mais rentável possível - tanto os recursos de trabalho como de terra. O que temos então é um camponês "maximizante", que aloca seus recursos da forma mais produtiva. E isto não apenas para "enrriquecer", mas também para se reproduzir. É interessante observar que esta "maximização" envolve, contudo, uma prática "tradicionalista", refletida no que foi descrito quanto ao funcionamento do sítio: operar com uma tecnologia tradicional e com supostos de produção colocados pelo grupo do místico. Minimiza-se, ao mesmo tempo os gastos monetários e os riscos por estes envolvidos. Principalmente para os sítiantes fracos, observa-se no campesinato por nós estudado, o que foi registrado por Martins Dias (1978 : 168):

"... quanto mais pobre é o produtor, menos inclinação e possibilidades terão para introduzir inovações e mais preocupado e ocupado permanecerá em proteger-se e em evitar os riscos da natureza ... e os riscos institucionais..."

A criação é uma defesa contra os riscos da natureza, como foi visto e a "aversão" aos insumos modernos é uma defesa contra riscos institucionais. Mas não se trata de uma simples aversão às mudanças mas de um conservadorismo racional.

ANEXO I

TERRENO DE "SEU" ANICIO - 15 tarefas (massapê vermelho - doado como parte de um projeto de distribuição de terras em 1977)

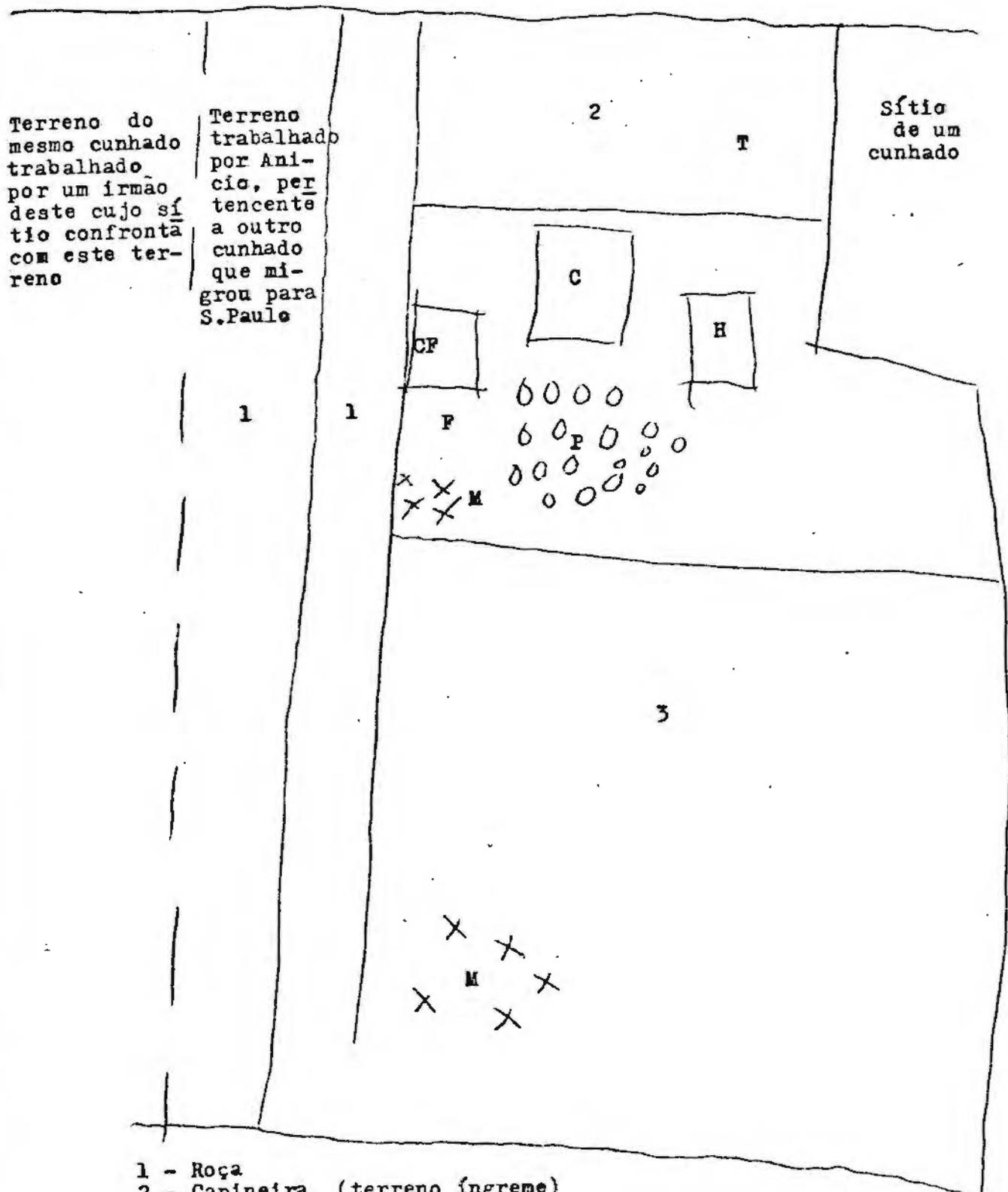
Roça Plantada
(12 tarefas)

Capoeira Grossa
(3 tarefas, futura roça)

Capoeira
Grossa
(1 tarefa
- reserva)

Tan
d
us
com

STIO DE "SEU" ANIGIO - Itabí - 3 tarefas (parcela onde se localiza a moradia)



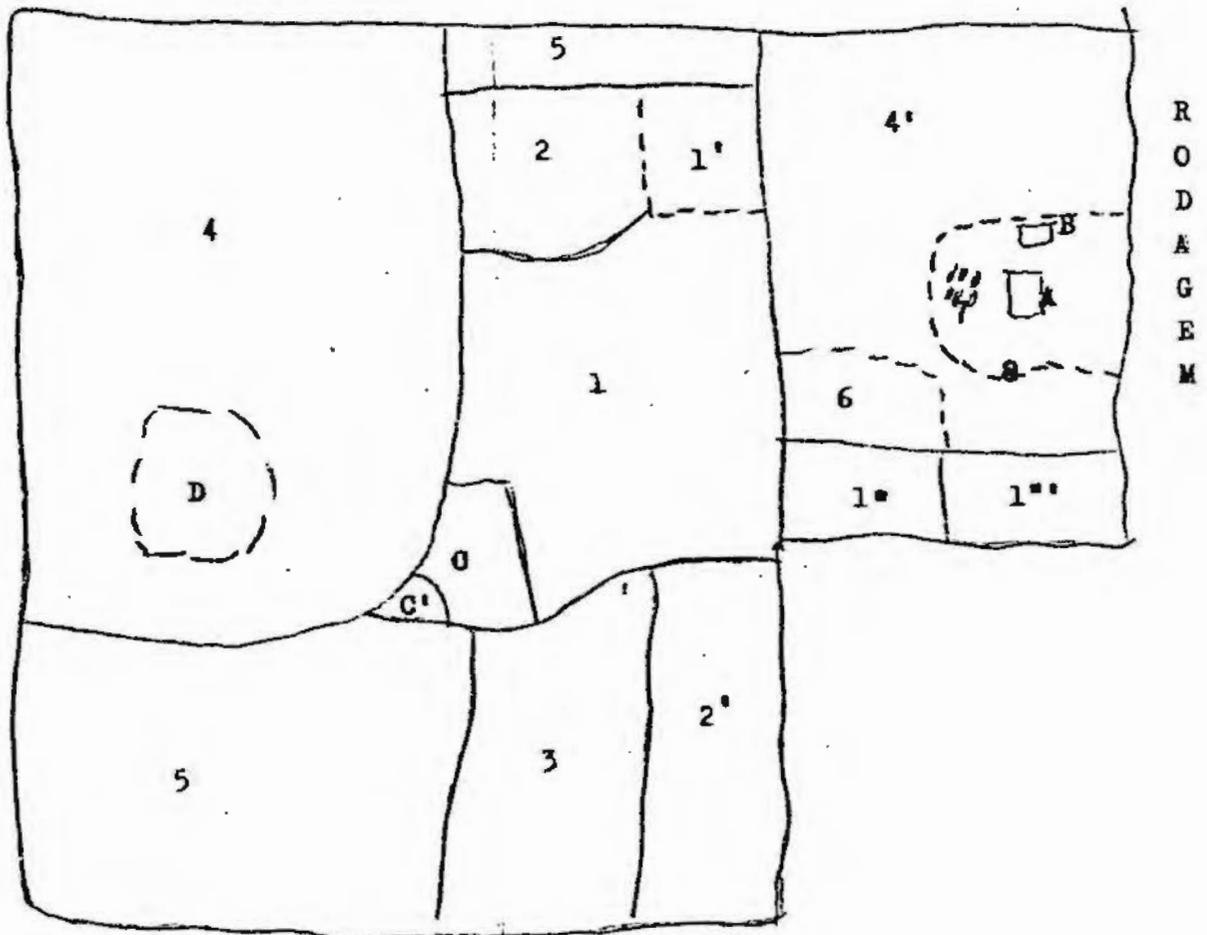
Terreno do mesmo cunhado trabalhado por um irmão deste cujo sítio confronta com este terreno

Terreno trabalhado por Anício, pertencente a outro cunhado que migrou para S. Paulo

Sítio de um cunhado

- 1 - Roça
- 2 - Capineira (terreno íngreme)
- 3 - Pasto
- C - Casa de moradia
- CF - Casa de farinha (antiga moradia do sogro). Desativada. Hoje depósito.
- H - Horta
- M - Mandacaru
- T - Tanque

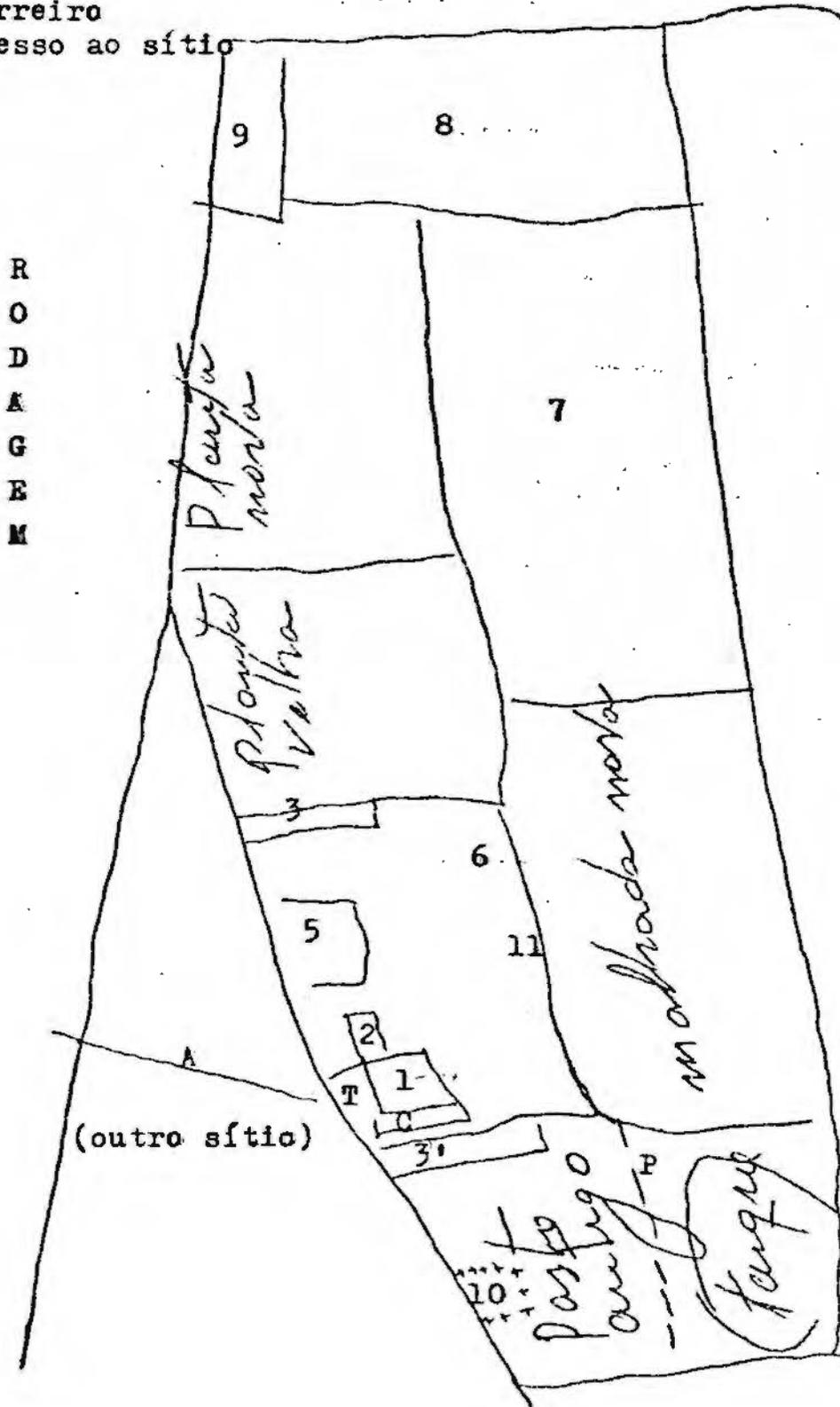
SÍTIO DE "SEU" OZÉAS - Ribeirópolis - 50 tarefas.



- 1 - Malhada. Mandioca já colhida. Preparada para novo plantio.
 1' - Malhada. Macachera plantada este ano
 1'' - Malhada. Macachera plantada ano passado
 1''' - Malhada. Macacheira deste ano
 2 - Roça queimada este ano. Futura malhada. Terra preparada.
 2' - Roça queimada este ano. Futura malhada. Recem plantada.
 3 - Capineira e reserva de estacas (Roça anterior)
 4 - Pasto para gado
 4' - Pasto para criação miúda
 5 - Capoeira (grossa e fina)
 6 - Palma com algodão
 7 - Palma ("privada") - Mato
 8 - Fruteiras e café delimitando o sítio (sentido restrito)
- A - Casa de moradia
 B - Casa de farinha
 C - Curral C' - Curral para bezerros
 D - Fonte

SITIO de "SEU" ALEXANDRE - RIBEIRÓPOLIS - 26 tarefas

- 1 - casa de moradia
- 2 - Casa de farinha
- 3 - Fruteiras e café delimitando o sítio (sentido restrito)
- 3' - Idem (antiga delimitação do sítio do pai)
- 4 - Palma ("privada") - Mato
- 5 - Palma (cortada em parte)
- 6 - Malhada recém plantada (antiga)
- 7 - Roça colvarada este ano (futura malhada)
- 8 - Capoeira grossa
- 9 - Capoeira fina
- 10 - Lugar da casa dos pais (demolido; madeira usada p. c. de far.)
- 11 - Bananeiras e palmaria para prensa (antigo limite do sítio)
- C - Curral
- T - Terreiro
- A - Acesso ao sítio



ANEXO II

"Desde de 19 anos comecei a arrendar terra. O pai tinha terra pouca, não dava para a gente trabalhar. Então, se queria plantar um pedacinho de lavoura tinha que arrendar

- Seu pai tinha só a terra dele, ou ele arrendava também e trabalhava alugado?

- Ele arrendava também e trabalhava alugado. Era pobrezinho. Sempre era meio tempo, ele trabalhava 2, 3 dias ganhando dinheiro e 2, 3 dias na rocinha dele. Naquela roça arrendada também, não é.

- O Sr. trabalhava sozinho na terra arrendada ou quem ajudava?

- Os meus irmãos mesmo, dois irmãos, estão em São Paulo hoje, quer dizer, um está no Paraná.

- E sua mãe, tinha terra? (depois que o pai morreu)

- Tinha seis tarefas de terra para trabalhar. É, só seis para nove irmãos. Nós trabalhava ali, fazia o plantio das coisinhas, milho, feijão, amendoim, batata, essas coisas e botava um pedacinho de roça sempre fora, não é, para ajudar.

- Arrendava?

- É, arrendava, nesse tempo era barato, a renda de uma tarefa de terra era 10 mil réis, nem cruzeiro não era, era 10 mil réis..

- Ah! Nesse tempo era a dinheiro?

- Era, nesse tempo era tudo em dinheiro. Era bom.

- Isso quando?

- Ah! Era em 39, 38, 40, 42, 45 até o ano de 50 era dez mil réis de renda uma tarefa de terra. A gente arrendava, roçava, queimava, plantava para pagar com a safra do mesmo ano ainda. Era assim.

- E isso do capim começou quando?

- Do ano de 50 para cá. Aí acabou com o dinheiro, não querem arrendar por dinheiro nenhum. Falou em arrendar, 'É pelo dinheiro, é? Não quero por dinheiro nenhum, não quero nem ouvir falar, o que eu quero é capim, que com o capim conservo meu gado e está acabado, mas negócio de

dinheiro, para que quero dinheiro?' Então, quando foi o ano de 47 eu fui para São Paulo. Trabalhei lá seis anos. A mamãe ficou sô dentro da casa ... Ela me escreveu para mim, e eu vim de São Paulo.

- E seus irmãos homens que foram para São Paulo?

- Lá nos se encontramos e eu chamei, 'vamos embora para Sergipe'. Ele falou 'Não, eu vou embora para Mato Grosso'. Pegou o destino para o Paraná, e outro mora em Ribeirãopolis, é casado e mora por lá.

.....

- ... E eu me esforçando muito, a terrinha pouca para trabalhar, eu botei uma rocinha fora, arrendei, ainda peguei uns dois ou três anos. Depois foi plantar capim. A troca do arrendamento era o capim. Até 70 plantei capim. Quando era no mês de julho plantava o capim, o feijão já estava maduro, o algodão estava grande dentro, o milho amadurando, tinha fava bastante. Tinha de tudo aqui, tinha de grandeza. Mas no lugar que planta essa roça de capim, o capim pangola, a terra forte, ele toma conta da terra. Olha, plantei em 70 e nunca mais precisou botar uma enxada dentro do terreno, porque o capim toma conta da terra e não deixa mais. Fecha, até o broto do mato não se equilibra bem".

.....

- E como era para conseguir a terra?

- Quando era de novembro para dezembro, o pessoal que tinha terreno para arrendar, que tinha mato e queria derribar para afinar o pasto, para fazer capineira para o gado e mesmo para ficar a capoeira para o gado comer, dizia 'Esse ano eu vou arrendar o pasto de falano de tal que tem 100, 150 tarefas de terra para arrendar, e é uma terra boa'. Um que trabalhava lá dizia 'Olha pode dizer para aquele pessoal que eu preciso'. 'O Sr. vai arrendar?'. 'Vou'. 'Pois eu quero duas tarefas'. Outro dizia 'Eu quero uma'. Outro 'Eu quero três'" (Seu Alexandre, Ribeirãopolis, hoje possuidor de 23 tarefas de malhada).

"- Antigamente, como era depois da colheita?

- Olha, antigamente era assim: o que arrendava tinha pra

zo certo de entregar a terra. Chegava aquele prazo certo, tinha que entregar a terra, tenha milho, tenha feijão, tenha algodão, o que estiver lá dentro o gado vai comer.

- O gado de quem?

- Do dono da propriedade, é, o gado é dele.

.....

- Então, se naquela época, novembro, gostava de dar boas trovoadas, eles acabavam de colher o algodão (primeira safra) e se dava boas trovoadas, então em janeiro estava branco de algodão de novo. Eles iam novamente ao proprietário. Alguns deles diziam 'Não' findando nosso contrato. Outros diziam 'Não, vou pagar nova renda'.

- Pagava nova renda para todo o ano?

- Não, não era para outra safra não, era só para colher aquelas maçãs que pegou da trovoadas. Renovou uma segunda carga no algodão, mas que ia passar da data marcada de janeiro, então eles pagavam nova renda, e muitos patrão não aceitava.

- Naquele tempo pagava a renda em dinheiro, não é?

- É. Olha, eu tive um tio, a roça dele estava assim de flor. Ele foi lá e disse 'Olha, eu pago outra renda'. O cara disse 'Não, não aceito'. Ele disse 'Só tem uma coisa, o milho, o feijão e o algodão são meus, eu faço o que eu quiser'. O dono disse 'É, mas eu não aceito'. Aí meu tio foi lá, pagou uns homens e cortou o algodão. Cortou o algodão e tirou a cana do milho para fora. Outro dia, quando o proprietário foi botar o gado, estava só o pó. Ele disse 'Eu não lhe arrendo mais roça'. 'É, mas eu corto o que é meu. A renda você não quis aceitar, agora meça as consequências'. Meu tio não conseguiu mais arrendar mato e saiu de Aquidabã. Agora, aqui no município de Itabí eles não gostam de arrendar porque querem que crie o capim, o que sai pior ainda. Quer dizer que aqui esse proprietário deixa o pobre plantar o milho e o feijão no meio do capim. Esse proprietário chega assim e diz 'Olhe, hoje - quando ele vê que o pobre está bem arrochado - hoje a tanto eu boto meu gado dentro'. Se o pobre tiver tempo de quebrar o milho, bem, se não o gado vem e come. Aí a Sra. vê a situação de quem não tem terra, que só trabalha para o fazendeiro. E outra mais, a roça tem de fazer duas limpas. Mas para o capim tem de fazer mais

uma. Se não fizer, o fazendeiro manda os dele, os trabalhador dele, desm^oitar o capim e quebrar o milho todinho, mesmo se não estiver maduro ainda.

- Ah, é?

- É. E é gente do maior sangue de Itabí. É das famílias nobre, os fundadores de Itabí. Quer dizer, os que dominam a política e tem o dinheiro. Sim porque a nação é dominada principalmente pela política e segundo pelo dinheiro. Quer dizer, não é nem o governo. O governo é que é manobrado por eles (1).

- E a palha?

- A palha? Fica lá tudinho para o proprietário.

- Não pode levar junto não?

- Não. Mesmo se o algodão estiver com nova carga, o gado é que vai comer. O proprietário é quem fica. Se eu tirar a palha, o proprietário não aceita de jeito nenhum.

- Quer dizer que quem fez a roça não pode levar a palha para casa?

- Não.

- E se ele tiver umas reseszinhas no sítio dele?

- Não, não pode. Porque o dono da terra tem gado. Porque ele deixa o capim plantado e deixa a palha para o outro. Por exemplo, a folha do algodão é medicinal, está provado, se o gado tem carrapato e solta ele numa roça de algodão, de repente ele fica limpo. Porque o algodão é bom para os bichos comer, não para nós. É como essa soja, eu quando como me acabo. Agora quando como gordura de porco fico bom". (Seu Antonio, Itabí. Possui 20 tarefas. Até 1976 era roceiro).

"- Nós trabalhava arrendando a terra para trabalhar. Arrendava a terra para preparar roça, arrendava a ainda cercava para conseguir alguma coisa.

(1) O informante está se referindo a seus próprios parentes, os Feitosa, já referidos no capítulo I. O informante descende de um ramo empobrecido, tornado campones, sem terra. Recebeu terras em 1976 por doação do governo após um movimento reivindicatório do sindicato local, que organizou um projeto de assentamento em terras do Estado, antes ocupadas por proprietários.

- E já plantava capim naquele tempo?

- Não plantava não. Dava o milho, feijão, algodão, dava muito bom e não plantava capim não. Ficava aquelas pastagens para quem ti vesse gado, para desfrutar das capoeiras.

- Mas tinha que pagar ao dono da terra em dinheiro?

- Pagava. Tinha de pagar a dinheiro para a gente conseguir a roça.

- E a lenha, era de quem?

- A lenha era nossa mesmo.

- E quando mudou essa parte de pagar em dinheiro para o ca pim?

- Tem a base de 20 anos que o capim começou aqui.

- E na terra que seu pai arrendou, ele plantava mandioca também?

- Plantava mandioca. A gente alugava as terras de acordo com o prestígio da terra. As terras que a gente conhecia melhor, a gente plantava mandioca. As terras que a gente achava mais fracas, a gente plantava o milho, feijão, algodão, a melancia, abóbora, tudo a gente plantava.

- Então alugava a terra por um ano também?

- No primeiro de janeiro tinha que se entregar ao dono.

- E como fazia com a mandioca então?

- É o seguinte: no primeiro de janeiro a gente entregava a terra, mas sendo para o milho, feijão e algodão. Agora, sendo para a mandioca não ia entregar. Tinha de pagar a renda de mais um ano.

- E o Sr., quando começou a arrendar?

- Desde rapazinho. Mais ou menos com 18 anos. Meus pais, meus irmãos foram todos embora para São Paulo. Sō eu fiquei. Entences continuei alugando a terra para poder conseguir uma roça para criar a minha família.

- Seu pai não tinha tarefa de terra nenhuma?

- Tinha. Tinha 3 tarefas. Quer dizer, com a casa dentro,

- E o Sr. não ficou com elas?

- Não, não tive condições de ficar. Porque não podia comprar. Eles venderam para outro e eu fiquei sō com a saudade porque não po

día ficar com o torrão natal adonde nos se criemos. Meu sogro me deu o chão de casa ... para morar quando me casei.

.....

- O Sr. arrendava ou seu pai?

- Com 18 anos era meu pai quem alugava para nós tudo trabalhar, entendeu? Depois que eu me casei continuei arrendando. Meu pai foi embora e eu fiquei e continuei.

- E sempre foi com o mesmo dono da terra?

- Não. Não era. Era em toda a parte. Alugava com um, alugava com outro. Adespois de uns anos para cá foi que o fazendeiro dava a terra para a gente plantar ou capim ou palha. A gente já não arrendava mais.

- Isso de plantar palma começou aqui quando?

- A palma? a palma é muito antiga. Eu já alcancei palma, uma de umas folhas grandes. Essa pequena é mais idéia nova.

.....

- Quer dizer que o Sr. arrendava terra e trabalhava alugado também?

- Trabalhava alugado ao outro também para arrumar o dinheirinho para a feira.

- Quer dizer que o Sr. fazia a feira era com o dinheiro do alugado?

- Não dava. Dava as vezes quando o ano era muito bom. Deixava uma sobrazinha. Quando o ano não dava bom era a gente que ficava na sobra.

- O que o Sr. plantava na terra alugada era para o gasto?

- Eu fazia a roça e fazia a conta assim: guardo, quando dá cereal eu guardo um pouco. A conta para o gasto da despesa com a minha família, e o resto boto no comércio. Guardo a continha de uso para passar o ano e ainda deixo uma sobra me baseando no inverno. Quando preciso de um dinheirinho vendo um pouco, faço um dinheirinho.

- O Sr. nos últimos anos alugava a terra ou plantava capim?

- Não. Plantava capim. O alquel agora é a planta do capim. Agora, tinha uma coisa. Se não zelar bem zelado, no outro ano não dão ou

tra roça. Trabalhei para fazendeiros, plantei capim de muitos fazendeiros. Plantei palma de muitos fazendeiros. Uns eu gostavam, outros eu não achava bom mas também saía calado, para não agravar ninguém". (Seu Anício, Itabí. Possui hoje 18 tarefas).

ANEXO III

LEI Nº 76

Autoriza o Prefeito Municipal a proibir definitivamente solto o criatório de miunças como segue: Bode, Ovelha, Suínos, Etc. Em to do o Município de Gararu.

O Prefeito Municipal de Gararu:

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Gararu decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º: Fica terminantemente proibido o criatório solto em todo o Município.

Art. 2º: Fica assegurado o criatório de miunças quando seus proprietários disponham de pastos cercados com tapumes e arames que não permitam a saída das mesmas para pastos ou propriedades de outros.

Art. 3º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gararu, em 26 de junho de 1965.

Ass: Pref - Nelson Rezende de Albuquerque
Secretário - Fernando Soares de Brito.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNIASSI, M.H.R.

1979 - Trabalho Familiar no Setor Agrícola. Mimeografado.

BOSERUP, E.

1965 - The Conditions of Agricultural Growth. Aedine Publishing Co. Chicago, USA.

CANCIAN, F.

1966 - Maximization as Norm Strategy and Theory: a Comment on Programmatic Statements in Economy. Anthropology. In American Anthropologist. 68 : 465-470, USA.

CORREA DE ANDRADE, M.

1964 - A Terra e o Homem no Nordeste. Editora Brasiliense , São Paulo.

CHAYANOV, A.W.

1974 - La Organización de la Unidad Económica Campesina. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires.

DOUGLAS, M.

1966 - Purity and Danger. Routledge & Kegan Paul, Londres.

FDSTER, G.

1967 - Peasant Society and the Image of the Limited Good. In POTTER, DIAZ e FOSTER (org.) Peasant Society: a Plader, Little, Brown & Co. Boston, USA.

GALESKI, B.

1972 - Basic Concepts of Rural Sociology. Manchester University Press. England.

GARCIA JR., A.R.

1975 - A Terra de Trabalho. Dissertação de Mestrado, Museu

Nacional, Rio de Janeiro.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. (Coord).

1978 - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. Editora Hucitec, São Paulo.

HEREDIA, B.

1977 - La Morada de La Vida. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

IBGE

1959 - Enciclopédia dos Municípios. Vol. XXIII, Sergipe e Alagoas. Rio de Janeiro.

1975 - Censo Agropecuário de Sergipe. FIBGE, Rio de Janeiro.

KAUTSKY, K.

1977 - La Questión Agrária. 2a. Ed. Siglo Veinteuno Editores, México.

LEACH, E.

- Animal Categories and Verbal Abuses. In: Lenneberg (Ed.) Cambridge Univ. Press.

MARTINS DIAS, G.

1978 - Depois do Latifúndio - Continuidade e Mudança na Sociedade Rural Nordestina. Biblioteca Tempo Universitário, nº 48, Editora Universidade de Brasília, Rio de Janeiro.

PREFEITURA DE GARARU

1965 - Livro de Atas da Prefeitura de Gararu. Gararu, Sergipe.

SÃ JR., F.

1977 - O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. In: Seleções Cebrap. 2a. Ed. Editora Brasiliense, São Paulo.

SANDRONI, P.

1980 - Questão Agrária e o Campesinato. Editora Polis, São Paulo.

SIGAUD, L.

1977 - A Idealização do Passado numa Área de Plantation. In: Contraponto nº 2, Revista do Centro de Estudos Noel Nutels, São Paulo.

1977 - A Percepção do Salário entre Trabalhadores Rurais. In: PINSKY, J: (org.) - Capital e Trabalho no Campo. Col. de Estudos Brasileiros nº 7, Hucitec, São Paulo.

SOUZA MARTINS, J.

1979 - O Cativo da Terra. Livraria e Ed. Ciências Humanas, São Paulo.

SUÁREZ, M.

1978 - Everlasting Golden Sertões. Tese Doutorado Cornell Univ., Mimeografado, USA.

TEIXEIRA DA SILVA, F.C.

1981 - Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria. Dissertação de Mestrado da Univ. Federal Fluminense, Niterói.

TEPICHT, J.

1973 - Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais. Armand Colin, Paris.

UNIV. DE VIÇOSA-DEPTO. ECONOMIA RURAL

1981 - Projeto Experimental: Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas de Baixa Renda. Relatório de Avaliação Final. Vol. I e II. Viçosa, MG.

WOORTMANN, K.A.A.W. e WOORTMANN, E.F.

1981 - Relatório Final do PRAMEN-SE. Datilografado.